

CONTRATO CEDAE N.º 146 /2018 (DF)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **SAINT GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA.**

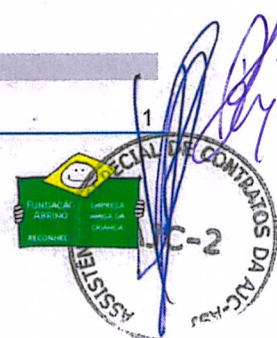
A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **SAINT GOBAIN CANALIZAÇÃO LTDA**, sediada na Rod. Dr. Sérgio Braga, nº 452, Bairro Barbara, Cidade de Barra Mansa – RJ, CEP 27.330-052, inscrita no CNPJ sob o n.º 28.672.087/0001-62, neste ato por meio de seu Diretor ao final assinado, Sr. ROGÉRIO MACIEL DE ASSIS, brasileiro, engenheiro, portador da carteira de identidade M6533127, inscrito no CPF sob o nº 826.603.286-68, residente e domiciliado na Praia de Botafogo, nº 440, 7º (Parte), 8º (Parte) e 10º andar, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.250-040, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE TUBOS DE FERRO FUNDIDO DIVERSOS DIÂMETROS**, com fundamento no processo administrativo nº E-07/100.708/2018, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA FORMA DE FORNECIMENTO

O presente **CONTRATO** tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE TUBOS DE FERRO FUNDIDO DIVERSOS DIÂMETROS**, regida pela Ata de Registro de Preços nº 004/2018/247100-01 – PE nº 002/2017, itens 01 a 11, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório, conforme tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.
01	TUBO DE FERRO FUNDIDO NODULAR TIPO PONTA-BOLSA JE DN 500.	1.380
02	TUBO DE FERRO FUNDIDO NODULAR TIPO PONTA-BOLSA JE DN 400.	3.978
03	TUBO DE FERRO FUNDIDO NODULAR TIPO PONTA-BOLSA JE DN 300.	510
04	TUBO DE FERRO FUNDIDO NODULAR TIPO PONTA-BOLSA JE DN 250.	54
05	TUBO DE FERRO FUNDIDO NODULAR TIPO PONTA-BOLSA JE DN 150.	174
06	TUBO DE FERRO FUNDIDO NODULAR TIPO PONTA-BOLSA JE DN 600.	2.424
07	TUBO DE FERRO FUNDIDO NODULAR TIPO PONTA-BOLSA JE DN 800.	126
08	TUBO DE FERRO FUNDIDO NODULAR TIPO PONTA-BOLSA JE DN 1000.	910
09	TUBO DE FERRO FUNDIDO NODULAR TIPO PONTA-BOLSA JE DN 700.	280
10	TUBO DE FERRO FUNDIDO NODULAR TIPO PONTA-BOLSA JE DN 900.	120
11	TUBO DE FERRO FUNDIDO NODULAR TIPO PONTA-BOLSA JE DN 1.200.	728

PARÁGRAFO ÚNICO – O fornecimento do objeto será integral, de acordo com a forma indicada no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **6 (seis) meses**, contados a partir da ordem de serviço, desde que posterior à data da publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato com termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar os bens, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no cronograma de execução do contrato.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;
- c) manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- d) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1201623977
Código Orçamentário: 44903010
Fonte de Recursos: 04
Contas Contábeis: 161110005; 161110003; 161190002; 161110007; 161110004; 161110006
Centro de Custos: DT03000000
ID da Reserva Orçamentária: 2018000913.

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Dá-se a este contrato valor total de **R\$ 7.870.120,40 (sete milhões, oitocentos e setenta mil, cento e vinte reais e quarenta centavos)**, conforme tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	TUBO DE FERRO FUNDIDO NODULAR TIPO PONTA-BOLSA JE DN 500.	1.380	520,18	717.848,40
02	TUBO DE FERRO FUNDIDO NODULAR TIPO PONTA-BOLSA JE DN 400.	3.978	398,93	1.586.943,54
03	TUBO DE FERRO FUNDIDO NODULAR TIPO PONTA-BOLSA JE DN 300.	510	307,69	156.921,90
04	TUBO DE FERRO FUNDIDO NODULAR TIPO PONTA-BOLSA JE DN 250.	54	276,94	14.954,76
05	TUBO DE FERRO FUNDIDO NODULAR TIPO PONTA-BOLSA JE DN 150.	174	174,37	30.340,38
06	TUBO DE FERRO FUNDIDO NODULAR TIPO PONTA-BOLSA JE DN 600.	2.424	679,04	1.645.992,96
07	TUBO DE FERRO FUNDIDO NODULAR TIPO PONTA-BOLSA JE DN 800.	126	1.228,45	154.784,70
08	TUBO DE FERRO FUNDIDO NODULAR TIPO PONTA-BOLSA JE DN 1.000.	910	1.701,56	1.548.419,60
09	TUBO DE FERRO FUNDIDO NODULAR TIPO PONTA-BOLSA JE DN 700.	280	1.016,58	284.642,40
10	TUBO DE FERRO FUNDIDO NODULAR TIPO PONTA-BOLSA JE DN 900.	120	1.443,28	173.193,60
11	TUBO DE FERRO FUNDIDO NODULAR TIPO PONTA-BOLSA JE DN 1.200.	728	2.137,47	1.556.078,16
TOTAL:				7.870.120,40

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

O contrato deverá ser executado, fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução do contrato e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante do **CONTRATANTE** especialmente designado pelo Diretor Presidente da CEDAE, conforme ato de nomeação.

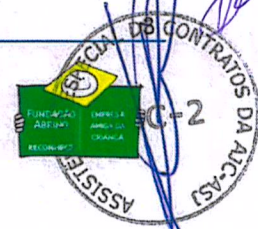
PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado pelos representantes mencionados no parágrafo primeiro, no prazo de 3 (três) dias úteis após a entrega do bem/produto;
- definitivamente, mediante verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de até 30 (trinta) dias, para observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo do órgão contratante, na forma do disposto no parágrafo 3º. do art. 77 do Decreto nº 3.149/1980.

PARÁGRAFO QUARTO – Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotar em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUINTO – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.



PARÁGRAFO SEXTO – A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO – A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$ 7.870.120,40 (sete milhões, oitocentos e setenta mil, cento e vinte reais e quarenta centavos)**, a ser realizada à vista, sendo o pagamento efetuado no Banco Bradesco, conta corrente nº 5743-6, agência 2372-8, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal para pagamento à Comissão de Fiscalização, sito à Avenida Presidente Vargas, 2.655, Cidade Nova, Rio de Janeiro, após a entrega de cada parcela.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO QUINTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

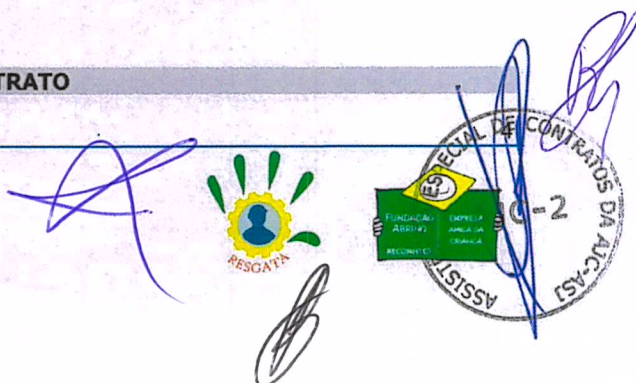
PARÁGRAFO SEXTO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao **CONTRATADO**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste Edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

Não será exigido da **CONTRATADA** prestação de garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO



O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar pela Administração Pública Estadual direta ou indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput*, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80;

b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput*, será imposta pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado.

b.1) Tratando-se de Administração Indireta do Estado do Rio de Janeiro, a suspensão temporária do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual direta ou indireta, prevista na alínea c, do item 24.1, será imposta pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.

c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput*, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

PARÁGRAFO QUARTO – A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:



- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

PARÁGRAFO QUINTO – A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea c, do *caput*:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO – A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do *caput*, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO – O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO – Se o valor das multas previstas na alínea b, do *caput*, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

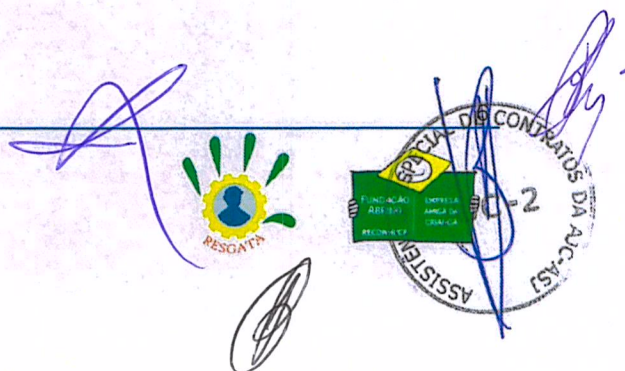
PARÁGRAFO DÉCIMO – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput*, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.



PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar pela Administração Pública Estadual direta ou indireta e declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – As penalidades serão registradas pelo **CONTRATANTE** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Gestão de Fornecedor da Subsecretaria de Logística e Patrimônio da SEFAZ o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas **c** e **d** do *caput*, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, na forma do disposto no artigo 75 do Decreto nº 3.149/1980 e nos seguintes casos:

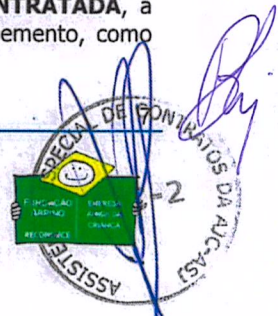
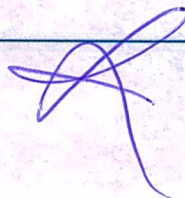
I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980.

II - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.



PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato, na forma do Art. 6º da Deliberação TCE/RJ nº 280/2017.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº. do processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

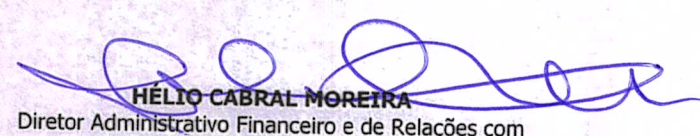
Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


HÉLIO CABRAL MOREIRA
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

Pela **CONTRATADA**:


ROGÉRIO MACIEL DE ASSIS
Diretor

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-SAINTE-GOBAIN-CANALIZAÇÃO-LTDA-consumo-de-ata-de-registro-de-preços-aquisição-de-tubos-ferro-fundido-VBO

a Resolução do Comitê Macaé e das Ostras nº 73/2016, que dispõe sobre atualização do Preço Público Unitário - PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos da região hidrográfica VIII - Comitê Macaé e das Ostras;

a Resolução do Comitê Macaé e das Ostras nº 84/2016, que dispõe sobre atualização do Preço Público Unitário - PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na região hidrográfica dos rios Macaé e das Ostras - Comitê Macaé;

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o valor do Preço Público Unitário - PPU para todos os setores usuários da Região Hidrográfica VIII - Macaé e das Ostras, passando a vigorar o valor de R\$0,05/m³ (cinco centavos de real por metro cúbico) para todos os setores usuários.

Parágrafo Único - O valor homologado entrará em vigor no dia 01 de janeiro de 2019.

Art. 2º - Manter, conforme disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Estadual nº 4.247/2003, a fórmula de cálculo e demais condições da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Região Hidrográfica Macaé e das Ostras.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2018

MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS
Presidente

RESOLUÇÃO CERH-RJ Nº 202 DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO PREÇO PÚBLICO UNITÁRIO - PPU DA METODOLOGIA DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS REGIÃO HIDROGRÁFICA III - COMITÊ MÉDIO PARAIBA DO SUL.

O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso das suas atribuições legais instituído pela Lei nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, considerando:

- o art. 27 da Lei Estadual nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, que trata do objetivo da cobrança pelo uso dos recursos hídricos;

- o art. 55, inciso VII da Lei Estadual nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, que dispõe sobre a competência dos comitês quanto à definição de valores a serem cobrados, bem como seus critérios, submetendo a homologação do CERH-RJ;

- o art. 45, inciso XI da Lei Estadual nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, que estabelece como competência do CERH estabelecer critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos e homologar os fatos encaminhados pelos comitês;

- a Lei Estadual nº 4.247, de 16 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado do Rio de Janeiro;

- a Resolução CERH-RJ nº 162, de 14 de dezembro de 2016 que dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário - PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos Região Hidrográfica III - Comitê Médio Paraíba do Sul;

- a Resolução CERH-RJ nº 197, de 15 de agosto de 2018 que dispõe sobre o procedimento para atualização dos Preços Públicos Unitários cobrados pelo uso dos recursos hídricos do domínio do Estado do Rio de Janeiro, de que trata a Lei Estadual nº 4.247, de 16 de dezembro de 2003;

- a Resolução do Comitê Médio Paraíba do Sul nº 59/2016, que dispõe sobre atualização do preço público - PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos região hidrográfica III - comitê Médio Paraíba do Sul; e

- a Resolução do Comitê Médio Paraíba do Sul nº 79/2018, que dispõe sobre reajuste no valor do Preço Público Unitário - PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na região hidrográfica do Comitê Médio Paraíba do Sul e de outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o valor do Preço Público Unitário - PPU para todos os setores usuários da Região Hidrográfica III - Médio Paraíba do Sul, passando a vigorar os valores abaixo:

- I. Setor de Saneamento, da Indústria e Outros = R\$0,05/m³ (cinco centavos de real por metro cúbico)
- II. Setor Agropecuário = R\$0,00125/m³ (cento e vinte e cinco milésimos de centavos de real por metro cúbico)
- III. Setor da Aquicultura = R\$0,001/m³ (um décimo do centavo de real por metro cúbico)
- IV.

Parágrafo Único - O valor homologado no caput deste artigo entrará em vigor no dia 01 de janeiro de 2019.

Art. 2º - Manter, conforme disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Estadual nº 4.247/2003, a fórmula de cálculo e demais condições da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Região Hidrográfica Médio Paraíba do Sul.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2018

MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS
Presidente

RESOLUÇÃO CERH-RJ Nº 203 DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DO PREÇO PÚBLICO UNITÁRIO - PPU DA METODOLOGIA DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS REGIÃO HIDROGRÁFICA VII - COMITÊ RIO DOIS RIOS.

O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso das suas atribuições legais instituído pela Lei nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, considerando:

- o art. 27 da Lei Estadual nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, que trata do objetivo da cobrança pelo uso dos recursos hídricos;

- o art. 55, inciso VII da Lei Estadual nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, que dispõe sobre a competência dos comitês quanto à definição de valores a serem cobrados, bem como seus critérios, submetendo a homologação do CERH-RJ;

- o art. 45, inciso XI da Lei Estadual nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, que estabelece como competência do CERH estabelecer critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos e homologar os fatos encaminhados pelos comitês;

- a Lei Estadual nº 4.247, de 16 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado do Rio de Janeiro;

- a Resolução CERH-RJ nº 158, de 24 de agosto de 2016 que dispõe sobre a atualização do Preço Público Unitário - PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos Região Hidrográfica VII - Comitê Rio Dois Rios;

- a Resolução CERH-RJ nº 197, de 15 de agosto de 2018 que dispõe sobre o procedimento para atualização dos Preços Públicos Unitários cobrados pelo uso dos recursos hídricos do domínio do Estado do Rio de Janeiro, de que trata a Lei Estadual nº 4.247, de 16 de dezembro de 2003;

- a resolução do Comitê Rio Dois Rios nº 47/2016, que dispõe sobre atualização do preço público - PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos região hidrográfica VII - Comitê Rio Dois Rios;

a Resolução do Comitê Rio Dois Rios nº 57/2018, que dispõe sobre o valor do preço público - PPU da metodologia da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Dois Rios.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o valor do Preço Público Unitário - PPU para todos os setores usuários da Região Hidrográfica Rio Dois Rios, passando a vigorar os valores abaixo:

- I-Setor de Saneamento, da Indústria e Outros = R\$ 0,08/m³ (oito centavos de real por metro cúbico)
- II-Setor Agropecuário = R\$ 0,002/m³ (dois décimos de centavo de real por metro cúbico)
- III-Setor da Aquicultura = R\$ 0,0016/m³ (dezesseis centésimos de centavos de real por metro cúbico)

Parágrafo Único - O valor homologado no caput deste artigo entrará em vigor no dia 01 de janeiro de 2019.

Art. 2º - Manter, conforme disposto nos artigos 19 e 20 da Lei Estadual nº 4.247/2003, a fórmula de cálculo e demais condições da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Região Hidrográfica Rio Dois Rios.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2018

MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS
Presidente

RESOLUÇÃO CERH-RJ Nº 205 DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

ALTERA A FICHA DE PROJETOS A SER ADOTADA PELOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS, ANEXO DA RESOLUÇÃO CERH-RJ Nº 102/2012.

O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso das suas atribuições legais, instituído pela Lei nº 3.239, de 02 de agosto de 1999 e considerando:

- o disposto no artigo 45, inciso VIII, da Lei Estadual nº 3.239, de 02 de agosto de 1999 que dispõe que compete ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos estabelecer as diretrizes complementares para implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos, para aplicação de seus instrumentos e para atuação do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH);

- o disposto no artigo 9º do Decreto Estadual nº 36.724, de 16 de junho de 2004 que dispõe que os projetos apresentados pelos Comitês de Bacias Hidrográficas, que dependam dos recursos do FUNDRH para sua implementação, deverão, nos termos do inciso VI do art. 45 da Lei nº 3.239/99, ser submetidos ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, para deliberação e aprovação e posterior encaminhamento ao Gestor do Fundo, para emissão do ato executivo respectivo;

- a Resolução CERH-RJ nº 102, de 12 de dezembro de 2012 que cria a ficha de projetos a ser adotada pelos comitês de bacias hidrográficas;

- que atualmente oito dos nove comitês de bacia hidrográfica já possuem plano de aplicação plurianual (PAP) aprovados por este conselho e, que a adequação feita na ficha de projetos busca maior aderência ao PAP; e

- a necessidade de aperfeiçoamento e padronização nos procedimentos adotados por este Conselho quando da análise dos projetos e ele apresentados.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o anexo da Resolução CERH-RJ nº 102, de 12 de dezembro de 2012, passando a vigorar a partir da publicação desta resolução, a ficha de projetos anexa.

Parágrafo Único - os projetos encaminhados ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH - RJ devem ser acompanhados, minuciosamente, da ficha de projetos devidamente preenchida.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2018

MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS
Presidente

RESOLUÇÃO CERH-RJ Nº 206 DE 24 DE OUTUBRO DE 2018

APROVA O PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL, PARA OS ANOS DE 2018 A 2022, DOS RECURSOS FINANCEIROS CONSTANTES NO FUNDRH DA SUBCONTA DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOIS RIOS.

O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS, no uso das suas atribuições legais, instituído pela Lei nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, e considerando:

- o disposto no artigo 9º do Decreto Estadual nº 36.724, de 16 de junho de 2004, que dispõe sobre a regulamentação do art. 47 da Lei nº 3.239, de 02 de agosto de 1999, que autoriza o poder executivo a instituir o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNDRH, e dá outras providências;

- a Resolução CERH-RJ nº 118, de 30 de abril de 2014 que aprova o Plano de Aplicação Plurianual dos recursos financeiros no FUNDRH da subconta do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Dois Rios;

- a Resolução CERH-RJ nº 188, de 13 de dezembro de 2017 que aprova o Plano de Aplicação Plurianual, para os anos de 2018 a 2022, dos recursos financeiros constantes no FUNDRH da subconta do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Dois Rios;

- a Resolução CBH Rio Dois Rios nº 31, de 12 de fevereiro de 2014, que dispõe, ad referendum, sobre o Plano de Aplicação Plurianual dos recursos financeiros para o período de 2014 a 2017 com recursos disponíveis na subconta do CBH Rio Dois Rios do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNDRH;

- a Resolução CBH Rio Dois Rios nº 52, de 12 de setembro de 2017, que dispõe sobre a aprovação do plano de aplicação plurianual de recursos financeiros constantes na subconta do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Dois Rios no Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FUNDRH, alterando o Plano de Aplicação Plurianual de Recursos Financeiros aprovado pela Resolução CBH R2R nº 31, de 12 de fevereiro de 2014; e

- que a Resolução CERH-RJ nº 188, de 13 de dezembro de 2017, contemplou os valores que foram acrescidos a previsão de arrecadação com a atualização do PPU feita na Resolução CERH-RJ nº 156, de 24 de agosto de 2016, deixando de considerar os valores já previstos de arrecadação anteriores a atualização.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Artigo 1º da Resolução CERH-RJ nº 188, de 13 de dezembro de 2017, passando a vigorar a redação abaixo:

"Art. 1º - Aprovar o Plano de Aplicação Plurianual do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Dois Rios, para os anos de 2018 a 2022, no valor de R\$ 9.514.379,86 (nove milhões, quinhentos e quarenta mil, trezentos e oitenta e nove reais, noventa e seis centavos), conforme nova previsão de arrecadação dos recursos da subconta FUNDRH da respectiva região, passando a vigorar a redação abaixo, para as seguintes ações:

- I- R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para: Ampliação da Base de Dados e Informações;
- II- R\$ 510.000,00 (quinhentos e dez mil reais) para: Ferramentas de Construção da Gestão Participativa;

III- R\$ 8.055.699,24 (oito milhões, noventa e cinco mil, seiscentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos) para: Redução de Cargas Poluidoras;

IV- R\$ 498.000,00 (quatrocentos e noventa e oito mil reais) para: Plano de Proteção de Mananciais e Sustentabilidade no Uso do Solo;

V- R\$ 1.157.326,06 (um milhão, cento e cinquenta e sete mil trezentos e vinte e seis reais e seis centavos) para: Demandas CBH-R2R;

VI- R\$ 1.183.354,88 (um milhão, cento e oitenta e três mil trezentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e seis centavos) para: Contrato de Gestão;

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2018

MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS
Presidente

Id 2141737

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 08/10/2018

DESIGNA SÉRGIO CLAUDIO COUNAGO MARQUES, Analista de Qualidade C, como Presidente, ADALTON ORCAI FIALHO, Agente de Saneamento H, ROSIANE DENOFRE VENTURA DA SILVA, Analista de Qualidade C, como membros titulares e AMAURY CARVALHO DE OLIVEIRA JUNIOR, Agente de Saneamento H, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II, JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor o Conselho de Fiscalização do Contrato destinado à "ACQUISICÃO DE CROMATÓGRAFO LÍQUIDO DE ALTA PERFORMANCE ACOPLADO A ESPECTRÔMETRO DE MASSAS MS-MS TRIPLO QUADRUPOLO (LC MS-MS)", de que trata o Processo nº E-17100.091/2017. Ordem de Serviço "E" nº 15.27.12/18.

Id 2142172

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 16/10/2018

DESIGNA ANDRÉ CRUZEIRO DA SILVA, Engenheiro C, como Presidente, ARI RICARDO CARVALHO DE ALMEIDA, Agente de Saneamento E, LUIZ DANIEL SILVA DE SA, Engenheiro B, CLAYTON REBEIRO COSTA, Engenheiro C, e ANTONIO KRASHOWOLSKI, Agente de Saneamento F, como membros titulares e NICHOLAS CUNHA VANDESTEEN, Economista A, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II, para Gerente do referido contrato, de acordo com a Ordem de Serviço "E" nº 11.884 de 07/12/2013, bem como JORGE LUIZ DA SILVA, Chefe de Coordenação, como suplente para compor a Comissão de Fiscalização para o "CONSUMO DE ÁGUA DE REGISTRO DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE TUBOS DE FERRO FUNDIDO", de que trata o Processo nº E-07100.709/2018. Ordem de Serviço "E" nº 15.285

Id 2142171

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 28/10/2018

PROCESSO Nº E-07100.313/2018 - HOMOLOGO a licitação por Preço Eletrônico nº 358/2018 (ASL-DP), realizado em 04/09/2018.

Id 2142020

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 29/10/2018

PROCESSO Nº E-17100.090/2016 - HOMOLOGO a licitação por Concorrência Nacional CN nº 203/2017 (ASL-OP), realizada em 1º sessão 15/01/2018, 2ª sessão 16/01/2018, 3ª sessão 10/05/2018, 4ª sessão 20/05/2018 e 5ª sessão 28/10/2018.

Id 2142033

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ATO DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA SEAPP/DGAF Nº 41 DE 25 DE OUTUBRO DE 2018

CONSTITUI COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLOTAGEM DAS MÁQUINAS E CABINHOS DO PROGRAMA DE ESTRADAS DA PRODUÇÃO. PROCESSO Nº E-02/007/00394/2018.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. Constitui Comissão para Acompanhamento do Contrato de Prestação de Serviços de Adesivização incluindo a Plotagem das Máquinas e Cabines do Programa de Estradas da Produção, celebrado entre a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento e Empresa Zuriel de Iguaçu Comércio e Representação LTDA-ME. Processo Nº E-02/007/00394/2018.

TITULARES:
SONIA MARIA MEIRA DE SOUZA, ID 50319321;
SEBASTIÃO BRUNO JUNIOR, ID Funcional 28915925;
GILBERTO NOGUEIRA DA SILVA, ID 26936143.

SUPLENTE:
JACKSON SANCHES RAMALHO, ID 20227574;
JOSE LUIZ TEIXEIRA MAGALHÃES, ID 20225087;
MARCO ANTONIO BARBI, ID 50823884.

Art. 2º - Designar como gestor do Contrato nº 030/2018, Processo Nº E-02/007/00394/2018 o servidor ROBERTO ISIDIO DE OLIVEIRA SILVA, ID 28923351.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Niterói, 25 de outubro de 2018

ANTONIO EMIÍLIO SANTOS

Director - Geral

Id 2141094

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DA DIRETORA-PRESIDENTE

DE 26.10.2018

PROCESSO Nº E-02/002/328/2018 - RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93, baseado no parecer da Doutra Assessoria Jurídica, no valor total de R\$54.855,16 (noventa e quatro mil oitocentos e cinquenta e três reais e dezesseis centavos), a favor da TELMAR LESTE NORTE S.A., referente à prestação de serviços de caráter contínuo de administração e gerenciamento de caráter contínuo com ligações interurbanas nacionais via DDO e DDI, para atender a estrutura administrativa da EMATER-RIO, para o período de 12(dozas) meses conforme o contrato, nos termos de autorização do Sr. Diretor de Administração e Finanças, autoridade ordenadora de despesas.

Id 2141735

A assinatura não possui validade quando impressa